

## ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE JOÃO PESSOA

**Estudo Técnico Preliminar 4/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64240.0003902026-15

**2. Designação da Equipe de Planejamento**

2.1 A Equipe de Planejamento da Contratação foi designada pelo Boletim Interno nº 24, de 04/02/2026, anexo a este estudos preliminares.

**3. Descrição da necessidade****SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADOS**

3.1. A Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (B Adm Gu JP) é a Organização Militar responsável pela contratação do Serviço de Manutenção Preventiva, Corretiva, Instalação e Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, destinados ao atendimento das necessidades do 15º Batalhão de Infantaria Motorizado, do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado e da própria Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa, abrangendo sistemas de climatização instalados em ambientes administrativos, operacionais, de instrução e de apoio.

3.2. A demanda possui natureza periódica, frequente e parcelada, decorrente da necessidade permanente de assegurar o adequado funcionamento dos sistemas de climatização existentes nas Organizações Militares da Guarnição de João Pessoa, os quais são essenciais para a continuidade das atividades administrativas e operacionais, bem como para a preservação das condições de conforto térmico, saúde ocupacional e produtividade dos militares e servidores civis.

3.3. Conforme a Portaria SEF/C Ex nº 209, de 24 de agosto de 2022, e a Portaria SEF/C Ex nº 211, de 24 de agosto de 2022, foram cassadas as autonomias administrativas do 16º RC Mec (UASG 160172) e do 15º BI Mtz (UASG 160174), a contar de 31 de dezembro de 2022, sendo-lhes concedida autonomia administrativa parcial no contexto da implantação da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (UASG 160175). Assim, compete à B Adm Gu JP a condução das contratações necessárias às suas Organizações Militares Vinculadas (OMV), conforme as demandas formalmente apresentadas, o que justifica a centralização da presente contratação.

3.4. As quantidades estimadas para esta contratação foram definidas com base nos levantamentos realizados pelas seções requisitantes das OM envolvidas, considerando o histórico de manutenções, a quantidade e diversidade de equipamentos instalados e a expectativa de utilização dos serviços ao longo do período de 12 (doze) meses, prazo de vigência da futura Ata de Registro de Preços.

3.5. Ressalte-se que não há, no quadro de pessoal das Organizações Militares atendidas, profissionais habilitados para a execução dos serviços especializados objeto desta contratação, o que inviabiliza a execução direta e reforça a necessidade de contratação de empresa especializada, com capacidade técnica compatível com a diversidade e complexidade dos equipamentos existentes.

3.6. As manutenções preventivas visam preservar e prolongar a vida útil dos sistemas de climatização, por meio de revisões periódicas e sistemáticas, reduzindo a ocorrência de falhas e desgastes prematuros. Já as manutenções

corretivas destinam-se à correção de defeitos que comprometam ou impeçam o funcionamento adequado dos equipamentos, enquanto os serviços de instalação e desinstalação atendem às necessidades de remanejamento, substituição ou ampliação dos sistemas existentes.

3.7. A adequada manutenção dos sistemas de climatização contribui diretamente para a saúde, o bem-estar e o desempenho dos usuários dos ambientes climatizados, além de impactar positivamente a eficiência energética das edificações, promovendo a redução do consumo de energia elétrica e, por consequência, a economicidade e a sustentabilidade ambiental no âmbito da Administração Pública.

3.8. Considerando a diversidade de equipamentos existentes nas Organizações Militares atendidas, notadamente quanto à potência dos aparelhos de ar-condicionado, identificou-se a necessidade de estruturar a contratação de forma a agrupar os serviços por faixas de capacidade térmica (BTU/h). Tal modelagem permite maior aderência às práticas de mercado, assegura maior especialização dos prestadores, favorece a competitividade e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas, sem prejuízo à padronização e ao controle da execução contratual.

3.9. Em razão da necessidade de contratações parceladas ao longo do exercício, da variação na descentralização de créditos orçamentários e do atendimento simultâneo a mais de uma Organização Militar, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 3º, incisos II e III, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

3.10. Todos os serviços a serem contratados enquadram-se como serviços comuns, conforme definição do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo julgamento objetivo das propostas.

3.11. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa, estando prevista no Plano Anual de Contratações – PCA 2026, devidamente registrado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como em consonância com o Objetivo Estratégico Organizacional nº 3 – Aprimorar a infraestrutura de apoio e manutenção das Organizações Militares, constante do Plano de Gestão vigente.

#### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Equipe de Planejamento da Contratação - Chefe	Sávio Domingos de Araújo Medeiros - Capitão
Equipe de Planejamento da Contratação - Integrante Administrativo	Felipe Alves Martins
Equipe de Planejamento da Contratação - Integrante Técnico	Edeilso Francelino Lopes - Integrante Técnico

#### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, os quais possuem natureza continuada, por atenderem a uma necessidade permanente da Administração relacionada ao funcionamento regular de suas instalações. Ressalte-se que, embora a necessidade seja contínua, a execução dos serviços ocorrerá de forma eventual e sob demanda, conforme a ocorrência de falhas, necessidades de ajustes ou intervenções nos sistemas de climatização. A vigência contratual será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade e o interesse público.

5.2. Em razão da natureza dos serviços e da inexistência de soluções proprietárias, não há necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas específicas entre eventuais prestadores.

5.3. Os serviços objeto da contratação possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital e em seus anexos, mediante especificações usuais de mercado, o que permite julgamento objetivo das propostas.

5.3.1. Em razão desse enquadramento, a modalidade licitatória adequada é o Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.3.1 A contratação deve se dar pelo Sistema de Registro de Preços principalmente, na busca pela eficiência operacional e na racionalização dos gastos, conforme previsto na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), devido aos seguintes vantagens e benefícios:

5.3.1.1 Celeridade e Agilidade Administrativa: O SRP permite que a administração realize uma única licitação para itens de consumo frequente. Uma vez registrada a ata, as contratações são feitas conforme a necessidade, eliminando o tempo de espera de sucessivos processos licitatórios individuais. É a solução ideal para demandas que não podem ser quantificadas com precisão antecipadamente

5.3.1.2 Redução de Custos (Economia de Escala): Ao licitar uma estimativa de consumo maior (muitas vezes somando demandas de diferentes órgãos, os chamados "órgãos participantes"), o poder público ganha poder de barganha. Isso atrai preços mais competitivos devido ao volume, gerando uma economia significativa para o erário

5.3.1.3 Eficiência Logística e de Estoque: O sistema evita a necessidade de grandes estoques físicos e o risco de perdas (vencimento de insumos, por exemplo). A Administração não é obrigada a comprar todo o quantitativo licitado de uma vez; ela solicita a entrega sob demanda, transferindo o custo de armazenamento para o fornecedor

5.3.1.4 Flexibilidade e Gestão de Imprevistos: O SRP é estratégico para situações onde a demanda é incerta ou flutuante. Se houver um aumento repentino no consumo de um material de saúde ou limpeza, por exemplo, a ata já está disponível para uso imediato, garantindo a continuidade do serviço público sem interrupções

5.3.1.5 Transparência e Padronização

5.4. Os serviços deverão ser executados por empresa devidamente habilitada, com capacidade técnica compatível com a diversidade de equipamentos existentes, observando-se as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de manutenção e os requisitos de segurança do trabalho.

5.5. Sempre que aplicável, deverão ser priorizadas soluções que promovam a eficiência energética, a redução do consumo de insumos e o menor impacto ambiental, em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União.

5.6. Os serviços e os materiais eventualmente empregados na execução deverão observar os prazos de garantia previstos no Código de Defesa do Consumidor, cabendo à contratada responsabilizar-se pela correção de falhas, defeitos ou vícios identificados dentro do respectivo período de garantia, sem ônus adicional para a Administração.

5.7. A subcontratação não será admitida, considerando a necessidade de assegurar a responsabilidade integral da contratada pela execução dos serviços, bem como a baixa complexidade relativa do objeto, compatível com a capacidade operacional das empresas atuantes no mercado.

5.8 Os serviços deverão ser realizados nos seguintes endereços:

- **Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa** - Endereço: Praça Olavo Bilac, S/N - Varadouro, João Pessoa - PB, 58010-610

- **15º Batalhão de Infantaria Motorizado** - Endereço: Av. Cruz das Armas, 281 - Cruz das Armas, João Pessoa - PB, 58085-000

- **16º Regimento de Cavalaria Mecanizado** - Endereço: Av. Mal. Rondon, s/n - Aeroporto, Bayeux - PB, 58113-370

5.9 A empresa a ser contratada deverá ser do ramo do objeto da licitação; possuir mão de obra capacitada e qualificada em quantidade necessária, para o desempenho eficiente das diversas tarefas; possuir capacidade logística adequada para as demandas solicitadas; estar alinhada com a política de desenvolvimento sustentável; possuir certa experiência no mercado; estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

5.10 Fica facultado ao licitante realizar a vistoria do local a ser prestado o serviço. É de responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão, não cabendo qualquer tipo de cobrança posterior por desconhecimento das condições previstas no Termo de Referência

5.11 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

5.12 Devido ao tecnicismo e pela complexidade do serviço não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.13 Não será exigido garantia baseado no princípio da eficiência e dos riscos envolvidos e os critérios utilizados para a não exigência baseou-se em:

5.13.1 Baixo Risco da Contratação

5.13.2 Ampliação da Competitividade

5.13.3 Redução do Custo Indireto (Economia para o Órgão)

5.13.4 Eficiência administrativa; e

5.13.5 Baixo custo da contratação por Item

5.14 A vistoria técnica (ou visita ao local) não será obrigatória devido o objeto não possuir alta complexidade técnica, não possuir riscos específicos, mas esta Equipe recomenda a fim de um melhor dimensionamento da proposta. Aliado a isto, a exigência fundamenta-se também pela padronização do objeto, visto ser comum, portanto a sua descrição utilizar expressão usual de mercado e o custo da vistoria.

5.15 A exigência de que a contratada mantenha um escritório ou estrutura operacional no local da prestação do serviço deve ser justificada com cautela, pois a jurisprudência (especialmente do TCU) e a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21) vedam exigências que restrinjam a competitividade sem motivo técnico plausível. No entanto, a exigência de escritório local justifica-se pela necessidade de garantir a pronta resposta em chamados críticos, a supervisão direta da mão de obra alocada e a eficiência logística na reposição de insumos e equipamentos. Tal medida visa mitigar riscos de interrupção do serviço público e assegurar a imediata interlocução com a fiscalização desta Administração, sendo requisito indispensável à adequada execução contratual. A exigência, baseia-se na:

5.15.1 Eficiência e Prontidão no Atendimento (SLA - Service Level Agreement); Acordo de Nível de Serviço, visto que o serviço exigem execução contínua ou intervenções imediatas (ex: manutenção predial, conservação de vias, suporte de TI crítico), a presença local garante o cumprimento dos prazos de resposta. A distância física do prestador poderia comprometer a agilidade necessária para evitar prejuízos à continuidade do serviço público.

5.15.3 Fiscalização e Interlocução Direta: A proximidade facilita a comunicação entre o fiscal do contrato e o preposto da empresa. Reuniões de alinhamento, vistorias conjuntas e a resolução de problemas operacionais são resolvidas com maior celeridade quando há uma base de apoio instalada na região.

5.15.4 Redução de Custos e Riscos de Deslocamento: A ausência de uma base local pode gerar custos de mobilização constantes que, se repassados à administração, tornariam o contrato mais caro. Além disso, minimiza riscos de atrasos por trânsito ou logística interestadual/intermunicipal.

5.16 A exigência de comprovação de aptidão técnica em percentual de 30% (trinta por cento) sobre o quantitativo estimado justifica-se pela complexidade operacional do objeto e pela necessidade de assegurar que a futura contratada detenha a "expertise" e a estrutura necessárias para a execução integral do ajuste.

5.17 Tal exigência está sendo feita devido aos seguintes fatores:

5.17.1 Garantia de Exequibilidade e Expertise: o objetivo não é restringir o mercado, mas garantir que a empresa contratada possua "know-how" compatível. Um fornecedor que nunca executou um volume relevante do objeto pode não ter estrutura financeira ou operacional para suportar a execução efetiva do serviço, podendo até ocasionar abandono do contrato.

5.17.2 Proteção do Interesse Público e Continuidade: Contratos públicos interrompidos por falha técnica geram prejuízos em cascata: custos com nova licitação, atraso na entrega de serviços públicos e comprometimento do ambiente saudável de trabalho. Exigir um percentual de experiência anterior assegura que o executor demonstre experiência anterior na execução do objeto similar.

5.17.3 O Limite da Proporcionalidade (Regra dos 30%): Para evitar o cerceamento da competitividade, esta equipe, houve por bem estabelecer o parâmetro de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo a ser contratado.

## **6. Levantamento de Mercado**

6.1. No âmbito dos Estudos Técnicos Preliminares, foram realizadas análises de contratações similares promovidas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente no que se refere à prestação de serviços de manutenção, instalação e desinstalação de sistemas de climatização, por meio de consultas a editais vigentes, atas de registro de preços e termos de referência disponíveis em bases públicas oficiais.

6.2. Adicionalmente, procedeu-se à análise do processo de contratação de objeto idêntico realizado por esta Base no exercício anterior, no âmbito do GCALC da Guarnição de João Pessoa, com o objetivo de avaliar a adequação das descrições dos itens, as condições de execução dos serviços, os quantitativos estimados, bem como eventuais pontos de aprimoramento identificados durante a execução contratual.

6.3. O levantamento de mercado teve por finalidade verificar a existência de metodologias, práticas consolidadas ou inovações relevantes, bem como identificar a forma como o mercado estrutura a prestação dos serviços, especialmente considerando a diversidade de potências dos aparelhos de ar-condicionado, os tipos de intervenção demandados (manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação) e os critérios usualmente adotados para a precificação dos serviços.

6.4. Constatou-se que os serviços objeto da contratação são amplamente ofertados no mercado por empresas especializadas, com padrões técnicos consolidados, sendo usual a diferenciação de preços e escopo de acordo com a capacidade térmica dos equipamentos (BTU/h) e o tipo de serviço executado, o que permite a definição objetiva das especificações e favorece a competitividade do certame.

6.5. Não foram identificadas soluções alternativas mais vantajosas que substituíssem a contratação pretendida, tampouco tecnologias que inviabilizassem ou descaracterizassem a modelagem adotada. As boas práticas observadas no mercado e nas contratações analisadas foram incorporadas ao presente planejamento, respeitados os princípios da competitividade, economicidade e eficiência, bem como as orientações da Advocacia-Geral da União.

## **7. Descrição da solução como um todo**

7.1. A solução adotada consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, conforme especificações constantes no Documento de Formalização da Demanda, para atendimento das necessidades da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa e de suas Organizações Militares Vinculadas, pelo período de 12 (doze) meses.

7.2. A contratação será realizada sob a forma de demanda variável, com execução dos serviços de maneira parcelada e conforme a efetiva necessidade da Administração, mediante emissão de nota de empenho ou instrumento equivalente, não havendo obrigação de consumo mínimo mensal.

7.3. Considerando a diversidade de equipamentos existentes nas Organizações Militares, especialmente quanto à capacidade térmica (BTU/h) dos aparelhos de ar-condicionado, a solução prevê a organização do objeto em grupos distintos, estruturados de acordo com a potência dos equipamentos, de modo a refletir as diferenças técnicas, operacionais e de custo associadas a cada faixa de capacidade.

7.4. A divisão do objeto em grupos por potência visa assegurar maior aderência à realidade do mercado, ampliar a competitividade do certame, permitir a participação de empresas com diferentes níveis de especialização técnica e garantir maior precisão na formação dos preços, sem prejuízo à economicidade ou à padronização da contratação.

7.5. A execução dos serviços compreenderá intervenções realizadas exclusivamente sob demanda da Administração, abrangendo atividades corretivas e preventivas, bem como instalações e desinstalações necessárias, observadas as especificações técnicas, prazos, padrões de qualidade e condições de execução a serem detalhados no Termo de Referência.

7.6. A solução proposta atende de forma adequada à necessidade institucional identificada, assegurando a continuidade do funcionamento dos sistemas de climatização, a preservação da vida útil dos equipamentos, a melhoria das condições ambientais dos espaços de trabalho e a racionalização dos recursos públicos, sem a necessidade de manutenção de estrutura própria ou de contratação de mão de obra permanente pela Administração.

## **8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

8.1. As estimativas das quantidades a serem contratadas foram definidas previamente no Documento de Formalização da Demanda (DFD), devidamente consolidado e aprovado pelo Ordenador de Despesas, com base nas informações prestadas pelas áreas requisitantes da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa e de suas Organizações Militares Vinculadas.

8.2. Conforme a Portaria SEF/C Ex nº 209, de 24 de agosto de 2022, e a Portaria SEF/C Ex nº 211, de 24 de agosto de 2022, foram cassadas, a contar de 31 de dezembro de 2022, as autonomias administrativas do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (UASG 160172) e do 15º Batalhão de Infantaria Motorizado (UASG 160174), sendo atribuída à Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (UASG 160175) a competência para a gestão orçamentária, financeira e contratual dessas Unidades.

8.3. Em razão dessa reestruturação administrativa, e considerando que o 16º RC Mec e o 15º BI Mtz configuram-se como Unidades semiautônomas vinculadas à B Adm Gu JP, cabe a esta Base a condução dos processos de contratação de serviços necessários ao atendimento das demandas das Organizações Militares Vinculadas, conforme quantitativos por elas informados.

8.4. Assim, as demandas das OM foram centralizadas em um único Documento de Formalização da Demanda, contemplando os quantitativos estimados de serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, os quais foram apurados com base em:

- a) histórico de solicitações e execuções de serviços similares;
- b) parque instalado de equipamentos de climatização;
- c) características técnicas dos aparelhos, especialmente quanto à capacidade térmica; e
- d) expectativa de ocorrências futuras, compatíveis com a natureza episódica e imprevisível das manutenções corretivas.

8.5. Ressalte-se que, embora parte das demandas decorra de eventos imprevisíveis (falhas e avarias), a estimativa de quantidades representa um instrumento de planejamento, permitindo à Administração dispor de ata vigente para atendimento tempestivo das necessidades, sem prejuízo da economicidade e da continuidade dos serviços.

8.6. A inclusão de serviços de manutenção preventiva nas estimativas tem por finalidade reduzir a incidência de falhas graves, preservar a vida útil dos equipamentos, assegurar condições adequadas de climatização dos ambientes e mitigar custos futuros, uma vez que intervenções preventivas tendem a ser menos onerosas que manutenções corretivas emergenciais.

## **9. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 1.106.129,30

9.1. A presente contratação possui valor total estimado de R\$ 1.106.129,30 (um milhão, cento e seis mil cento e vinte e nove reais e trinta centavos), correspondente ao somatório dos valores estimados para os serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, conforme os quantitativos definidos no Documento de Formalização da Demanda.

9.2. O valor estimado foi apurado a partir de pesquisa de preços realizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, observando-se os critérios de tratamento estatístico, consistência e contemporaneidade dos dados, conforme documentação juntada aos autos do processo.

9.3. A estimativa contempla a totalidade das necessidades da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (UGG) e de suas Organizações Militares Vinculadas – 15º Batalhão de Infantaria Motorizado e 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado, refletindo a centralização das demandas no âmbito da Base, nos termos da reestruturação administrativa vigente.

9.4. Ressalte-se que, por se tratar de contratação a ser realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, o valor estimado representa referência para fins de planejamento, não implicando obrigatoriedade de execução integral, uma vez que as contratações ocorrerão de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade e disponibilidade orçamentária ao longo da vigência da ata.

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

11.1. O parcelamento do objeto nas contratações públicas encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 40, inciso V, alínea “b”, e no art. 47, §1º, com a finalidade de ampliar a competitividade, favorecer a participação de fornecedores especializados e assegurar o melhor aproveitamento das condições do mercado. O entendimento é reforçado pela Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual a adjudicação por item é obrigatória sempre que o objeto for divisível e o parcelamento não comprometer a economia de escala ou a integridade do conjunto.

11.2. No caso em análise, o objeto apresenta divisibilidade técnica e econômica, uma vez que os serviços de manutenção e instalação de aparelhos de ar-condicionado variam significativamente conforme a potência dos equipamentos (BTU/h), o que impacta diretamente os procedimentos, o grau de especialização exigido e os custos envolvidos.

11.3. Dessa forma, optou-se pelo parcelamento do objeto em grupos, estruturados de acordo com a faixa de potência dos equipamentos de ar-condicionado, o que se mostra compatível com as práticas de mercado e não compromete a eficiência, a padronização nem a economicidade da contratação.

11.4. A adoção do parcelamento proporciona as seguintes vantagens:

11.4.1. Ampliação da competitividade, ao permitir a participação de empresas com diferentes níveis de especialização técnica, inclusive micro e pequenas empresas aptas a executar serviços em determinadas faixas de potência;

11.4.2. Maior aderência à realidade do mercado, possibilitando a contratação de fornecedores especializados em tipos específicos de equipamentos, com reflexos positivos na qualidade da execução;

11.4.3. Flexibilidade na execução, compatível com a contratação sob demanda e com a disponibilidade orçamentária ao longo da vigência da ata;

11.4.4. Mitigação de riscos, ao evitar a dependência de um único fornecedor para a totalidade dos serviços, reduzindo impactos decorrentes de eventual inadimplemento ou falhas na execução.

11.5. Quanto à economia de escala, verificou-se que eventual redução marginal decorrente do parcelamento é plenamente compensada pelo aumento da competitividade, pela especialização técnica dos fornecedores e pela melhoria da qualidade dos serviços prestados, não havendo prejuízo ao conjunto da contratação.

11.6. Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto, por meio da divisão em grupos conforme a potência dos aparelhos de ar-condicionado, constitui a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração, em conformidade com a legislação vigente e com as orientações do Tribunal de Contas da União.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11.1. Há, no âmbito da Unidade Gerenciadora e das Organizações Militares Vinculadas, contratação correlata ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90016/2025, cujas atas de registro de preços possuem vigência até 02 de julho de 2026.

11.2. Não obstante a existência de ata vigente, faz-se necessária a deflagração do presente certame com vistas a assegurar a continuidade da prestação dos serviços, evitando-se qualquer risco de descontinuidade contratual ao término da vigência das atas atuais, em observância aos princípios do planejamento e da eficiência administrativa.

11.3. Ademais, verificou-se a necessidade de adequação dos itens e dos quantitativos às demandas atualizadas das Organizações Militares da Guarnição de João Pessoa, bem como a atualização dos valores de referência, de modo a refletir a realidade mais recente do mercado, considerando a dinâmica dos custos envolvidos nos serviços de manutenção e instalação de sistemas de climatização.

11.4. Ressalte-se que a realização antecipada do procedimento licitatório encontra amparo no princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021, permitindo à Administração Pública manter a regularidade do atendimento às necessidades institucionais, sem prejuízo da utilização integral da ata atualmente vigente até o seu termo final.

11.5 As contratações correlatas e/ou interdependentes foram utilizadas para a estimativa do valor da contratação, bem assim para o valor de referência de cada item.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

12.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao Objetivo Estratégico Organizacional nº 3 (OEO 3 – Aprimorar a infraestrutura de segurança, de apoio e de manutenção da Organização Militar), constante do Plano de Gestão 2024–2027 da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa, contribuindo diretamente para a manutenção da adequada infraestrutura física e operacional das Organizações Militares da Guarnição.

12.2. A contratação está devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) 2026 da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa, registrado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) sob o Id pca PNCP: 00394452000103-0-000335/2026, Id do item no PCA: 17, Classe/Grupo: 871, Identificador da contratação nº 160175-21/2026, atendendo às exigências de planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.3. O alinhamento com o planejamento institucional e com os instrumentos formais de gestão assegura que a presente contratação observe os princípios da legalidade, eficiência, governança e transparência, viabilizando a continuidade dos serviços de manutenção e instalação de sistemas de climatização necessários ao adequado funcionamento das Organizações Militares vinculadas.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1. Considerando os princípios da eficiência, da eficácia e da economicidade, espera-se que a presente contratação proporcione os seguintes benefícios à Administração Pública:

### **13.1.1. Benefícios diretos**

a) Assegurar a disponibilidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, garantindo o adequado funcionamento dos sistemas de climatização empregados na Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa e em suas Organizações Militares Vinculadas, ao longo do período de vigência da contratação;

b) Reduzir a ocorrência de falhas operacionais e de interrupções inesperadas no funcionamento dos equipamentos, por meio de intervenções técnicas tempestivas e adequadas;



c) Prolongar a vida útil dos aparelhos de ar-condicionado, preservando os investimentos já realizados em infraestrutura e equipamentos;

d) Manter condições ambientais adequadas nos ambientes administrativos e operacionais, favorecendo o desempenho das atividades institucionais.

#### 13.1.2. Benefícios indiretos

a) Contribuir para a racionalização dos gastos públicos, mediante a adoção de manutenção planejada e sob demanda, evitando substituições prematuras e custos elevados com reparos emergenciais;

b) Promover a saúde, o conforto térmico e o bem-estar dos militares e servidores, por meio da redução de sujeiras, fungos, bactérias e outros agentes nocivos associados a sistemas de climatização sem manutenção adequada;

c) Incrementar a eficiência energética dos equipamentos, com reflexos positivos na redução do consumo de energia elétrica e na sustentabilidade ambiental;

d) Melhorar a continuidade dos serviços administrativos e operacionais das Organizações Militares, evitando impactos negativos decorrentes da indisponibilidade dos sistemas de climatização.

### 14. Providências a serem Adotadas

14.1. Para a implementação da solução em estudo, não se faz necessária a adoção de providências adicionais, tais como adequações estruturais, capacitação específica de pessoal ou investimentos prévios em infraestrutura, uma vez que a execução dos serviços ocorrerá sob demanda, com utilização de estrutura já existente e integral responsabilidade técnica e operacional da empresa a ser contratada.

### 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A presente contratação envolve a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de sistemas de climatização, os quais podem gerar impactos ambientais pontuais, especialmente relacionados ao uso de energia elétrica, ao manuseio de fluidos refrigerantes, à geração de resíduos e ao consumo de insumos.

15.2 Em observância ao disposto no art. 144 da Lei nº 14.133/2021 e às orientações constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pelo Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC), da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU), deverão ser adotadas medidas que promovam a mitigação de impactos ambientais e o uso racional de recursos naturais, sempre que técnica e economicamente viável.

15.3 No âmbito da execução contratual, deverão ser observadas, dentre outras, as seguintes diretrizes ambientais:

a) utilização de boas práticas de manutenção que contribuam para a eficiência energética dos equipamentos, reduzindo o consumo de energia elétrica e prolongando a vida útil dos sistemas de climatização;

b) correto manuseio, recolhimento e destinação ambientalmente adequada de gases refrigerantes, em conformidade com a legislação ambiental vigente e normas técnicas aplicáveis, evitando vazamentos e emissões nocivas à camada de ozônio e ao efeito estufa;

c) destinação adequada de resíduos sólidos eventualmente gerados durante a execução dos serviços, tais como peças substituídas, componentes danificados, embalagens e materiais contaminantes, observando-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

d) priorização, sempre que possível, de insumos, materiais e práticas que apresentem menor impacto ambiental, sem prejuízo do desempenho técnico e da segurança operacional;

e) adoção de procedimentos que minimizem desperdícios e retrabalhos, contribuindo para a racionalização do uso de recursos públicos e naturais.

15.4 Ressalta-se que a adoção dessas medidas contribui não apenas para a mitigação de impactos ambientais, mas também para a redução de custos operacionais, melhoria do desempenho energético dos equipamentos e promoção de um ambiente de trabalho mais saudável, estando em consonância com os princípios da sustentabilidade, da eficiência e da economicidade que regem as contratações públicas.

15.5 O serviço de manutenção de ar-condicionado propriamente dito (limpeza e reparo mecânico) não consta na lista do Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 como uma atividade poluidora direta. No entanto, a futura contratada ficará obrigada a se cadastrar no CTF/APP (Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras) dependendo do manejo de substâncias específicas:

#### 15.5 Manipulação de Gases:

15.5.1 Se a empresa realiza recarga, compra, venda ou descarte de fluidos refrigerantes (gases que destroem a camada de ozônio), ela deve se enquadrar nas seguintes FTEs:

15.5.1 FTE 21-3 (Utilização de substâncias controladas): Para empresas que utilizam esses gases na manutenção de sistemas de climatização.

15.5.2 FTE 18-10 (Depósito de substâncias controladas): Caso a empresa mantenha estoque desses gases em cilindros.

15.5.3 FTE 17-56 (Destinação de substâncias controladas): Se a empresa realiza a regeneração ou incineração de gases usados.

15.6 Nas atividades de execução do objeto devem ser observado pelo contratado os critérios de sustentabilidade e eficiência energética, especificamente quanto aos:

#### 15.6.1 W.1. Gestão de Fluidos Refrigerantes (Gases):

15.6.1.2 Recolhimento e Reciclagem: É expressamente proibida a liberação de fluidos refrigerantes na atmosfera. A Contratada deverá utilizar máquinas de recolhimento e cilindros de serviço adequados para a recuperação do gás durante manutenções corretivas.

15.6.1.3 Substituição Proprogressiva: Preferencialmente, deverão ser utilizados fluidos refrigerantes de baixo GWP (Potencial de Aquecimento Global) e que não agredam a camada de ozônio (conforme o Protocolo de Montreal).

15.6.1.4 Comprovação de Descarte: Em caso de contaminação do fluido que impossibilite a regeneração, a Contratada deve apresentar o Certificado de Destinação Final emitido por empresa licenciada ambientalmente.

#### 15.6.2 W.2. Eficiência Energética:

15.6.2.1 Limpeza de Trocadores: A manutenção preventiva deve garantir a limpeza rigorosa dos filtros, serpentinas e condensadoras, visando reduzir o consumo de energia elétrica do sistema em, no mínimo, [10 a 15%] em comparação a sistemas sujos.

15.6.2.2 Configuração de Termostatos: A Contratada deve orientar e configurar os equipamentos para operar na faixa de 23°C a 24°C, conforme recomendações da ANVISA e normas de eficiência energética.

15.6.2.2 Relatório de Consumo: A Contratada deverá apontar, em relatório trimestral, equipamentos que apresentem consumo excessivo ou obsolescência tecnológica, sugerindo a substituição por modelos com Selo Procel A (Inverter).

#### 15.6.3 W.3. Gestão de Resíduos Sólidos:

15.6.3.1 Logística Reversa: A Contratada é responsável pelo recolhimento e destinação final ambientalmente adequada de peças substituídas, carcaças, filtros descartáveis e embalagens.

15.6.3.2 Resíduos Perigosos: O descarte de óleos lubrificantes e estopas contaminadas deve seguir a PNRS (Lei nº 12.305/2010), com comprovação via MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos).

#### 15.6.4 W.4. Uso Racional de Água

15.6.4.1 Na higienização das evaporadoras e condensadoras, a Contratada deve utilizar equipamentos de alta pressão que otimizem o uso da água, evitando desperdícios e utilizando, sempre que disponível, fontes de água não potável fornecidas pela Administração.

#### 15.7 Penalidade Específica por Crime Ambiental:

15.7.1 "O vazamento deliberado de gases refrigerantes ou o descarte irregular de resíduos perigosos em áreas da Administração sujeitará a Contratada à rescisão imediata do contrato, sem prejuízo da comunicação aos órgãos ambientais competentes para aplicação de multas criminais e administrativas."

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Pelo exposto neste Estudo Técnico Preliminar, esta Equipe de Planejamento declara viável a contratação do Serviço de Manutenção e Instalação de Ar-Condicionado, uma vez que:

- a) o objeto encontra-se devidamente caracterizado como serviço comum, amplamente ofertado no mercado, com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva;
- b) a solução proposta atende de forma adequada às necessidades da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa e das Organizações Militares vinculadas, garantindo a continuidade, a eficiência e a segurança do funcionamento dos sistemas de climatização;
- c) o modelo de contratação adotado, por meio do Sistema de Registro de Preços, mostra-se compatível com a natureza sob demanda dos serviços, com a execução condicionada à efetiva necessidade e à disponibilidade orçamentária, nos termos da legislação vigente;
- d) os riscos inerentes à contratação foram devidamente identificados, analisados e tratados por meio da respectiva Matriz de Gerenciamento de Riscos, não havendo impedimentos técnicos, operacionais ou jurídicos que inviabilizem a contratação.

15.2 Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é tecnicamente adequada, economicamente justificável e juridicamente possível, sendo recomendada sua continuidade para a fase subsequente do processo de contratação.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SAVIO DOMINGOS DE ARAUJO MEDEIROS**

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 11:20:48.

**FELIPE ALVES MARTINS**

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação

**EDEILSON FRANCELINO LOPES**

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação